

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**GIOVANNA VELHO GANASSALI DE OLIVEIRA**

**POR QUE O POPULAR NÃO É *POP*? : REFLEXÃO  
SOBRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS, PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA**

**TAUBATÉ – SP**

**2020**

**GIOVANNA VELHO GANASSALI DE OLIVEIRA**

**POR QUE O POPULAR NÃO É *POP*?: REFLEXÃO  
SOBRE VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS, PRECONCEITO  
LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté como requisito parcial para obtenção da licenciatura em Letras.

**Orientadora:** Profa. Dra. Adriana Cintra de Carvalho Pinto

**TAUBATÉ – SP**

**2020**

**Autorizo a reprodução e a divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Luciene Lopes - CRB 8/5275

Giovanna Velho Ganassali de Oliveira

**POR QUE O POPULAR NÃO É *POP*?: REFLEXÃO SOBRE VARIAÇÕES  
LINGUÍSTICAS, PRECONCEITO LINGUÍSTICO E ENSINO DE LÍNGUA**

Trabalho de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Letras.

**Orientadora:** Profa. Dra. Adriana Cintra de Carvalho Pinto

APROVADA EM \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Profa. Dra. Adriana Cintra de Carvalho Pinto – Universidade de Taubaté

---

Profa. Dra. Maria do Carmo Souza de Almeida – Universidade de Taubaté

---

Profa. Dra. Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi – Universidade de Taubaté

Dedico este trabalho a Adriana Cintra, que me ensinou muito além da sala de aula; a Marcos Bagno, por me tornar um pouco mais consciente em relação ao respeito às diferenças; a Jorge, por nunca duvidar de mim como profissional; a Juliano, que dá graça aos meus dias e não permite que eu me abale; a Lucas, que muito me incentivou nesse caminho docente; a João Vitor, por tornar esses três anos tão especiais e memoráveis; a Letícia, que futuramente dividirá comigo as salas de aula; a Eduardo, Willian e Giulia, por serem inspirações para minha vida pessoal e profissional; a Kevin e Leonardo, por nunca me deixarem duvidar de mim mesma; a Miguel, que reconheceu meu esforço e me apoiou tanto; a Marina, Elisa e Ana Carolina, que foram ótimas companheiras de trabalho e vida; a Matheus, que, mesmo de longe, está sempre comigo; a Vitor, meu amigo e companheiro, que sempre me incentivou a ser alguém melhor e me acompanhou em momentos difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, José Carlos, pelo suporte.

À minha mãe, Patrícia, pelo apoio e orgulho.

Aos meus irmãos, Giuseppe e Priscila, pelo incentivo.

À minha orientadora, professora Adriana Cintra, por ser minha maior inspiração para a atividade docente e por tornar este trabalho possível;

À professora Maria Aparecida, a querida Rossi, que me reapresentou a língua portuguesa ampliando seus significados.

À professora Maria do Carmo, que me fez apaixonar por variação linguística e me influenciou a escolher o tema deste trabalho.

Aos demais professores da faculdade, Mauro, Luzimar e Thaís, por me ensinarem a amar a língua portuguesa.

Aos meus professores do Ensino Médio, Mário, Márcia e Spinelli, que plantaram em mim o amor pela docência;

Ao companheiro de “Van”, Murilo, por tornar as viagens entre Jacareí e Taubaté mais agradáveis, por ouvir todos meus desabafos e minhas histórias e ser um grande companheiro de discussão acadêmica.

À primeira amiga universitária, Rafaela, quem levarei para a vida inteira.

À parceira de trabalhos acadêmicos, Maria Eduarda, quem admiro por ser grande exemplo de pessoa.

A Josué, Leonardo, Maria Cristina, Eduarda, Gabriela e Nerozi, por terem sido ombros amigos, em que encontrei conforto e força para não desistir.

Por último, agradeço a mim. Agradeço por ter tido a coragem de chegar aonde cheguei e a honra de carregar o título de professora.

## VÍCIO NA FALA

Para dizerem milho dizem mio

Para melhor dizem mió

Para pior pió

Para telha dizem teia

Para telhado dizem teiado

E vão fazendo telhados.

Oswald de Andrade

## RESUMO

O tema desta pesquisa são as variações linguísticas e como elas são percebidas na sociedade brasileira. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de as pessoas perceberem o preconceito linguístico oriundo da negação das variações linguísticas e da falta de reconhecimento do papel cultural exercido pelas variações populares da língua. Justifica-se ainda pelo fato de as mídias ajudarem na perpetuação desse preconceito linguístico. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi apresentar o papel das variações linguísticas na cultura nacional e comentar a interpretação sobre variações linguísticas populares feitas por influenciadores da Internet e da Televisão. Para atender a esse objetivo, esta pesquisa buscou embasamento teórico em Castilho (2018), Marchuschi (1996) e Costa (1996), que trazem o conceito de língua, língua falada, língua escrita e variação linguística; em Bagno (1999, 2005, 2017), que traz a definição de preconceito linguístico e apresenta as formas como ele se manifesta, e em Bosi (1992) e Ribeiro (1997), que trazem a explicação da relação língua e cultura brasileira. Como procedimento, elaborou-se, em primeiro lugar, a síntese dos nossos pressupostos teóricos e, em seguida, à luz deles, foi feito o comentário sobre a atuação de uma apresentadora de um canal independente no Youtube e sobre a atuação de jornalistas e especialistas em um programa jornalístico da TV Cultura, ao abordarem o tema variações linguísticas. Como resultado, identificou-se que o dizer de profissionais independentes, jornalistas e especialistas continuam afirmando que Língua Portuguesa abarca apenas a Norma Culta e que, portanto, as variações linguísticas não são legítimas, contrariando, assim, estudos linguísticos que ganharam forte espaço científico desde os anos de 1960, destacando-se os estudos da Sociolinguística. Como conclusão, reafirmamos a importância de fomentar a reflexão sobre a língua, as variações linguísticas e o preconceito linguístico nas aulas de Língua Portuguesa, assim como preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) repetindo o que já fazia os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998). E sugerimos, como uma forma de reflexão sobre a língua em sala de aula, a observação crítica sobre a atuação dos formadores de opinião pública, como youtubers, jornalistas e especialistas, que podem ou não estar colaborando para o fortalecimento do preconceito linguístico.

**Palavras-chave:** Língua. Variação linguística. Preconceito linguístico. Educação linguística.



## ABSTRACT

The theme of this research are the popular linguistic variations and how they are noticed in the Brazilian society. The choose of this theme justifies itself by the need of the people noticed the linguistic prejudice born from the deny of the linguistics variations, the non-recognition of the cultural role played by the popular variations of the language and the role played by the cult form of the “Brazilian Portuguese”. It justifies yet by the fact of the media help to perpetuate this linguistic prejudice. In face of this, the general goal of this research was present the role of the linguistic variations in Brazilian culture and comment the interpretation that information vehicles do with the popular linguistic variation. To attend this goal, this research sought theoretical basis in Castilho (2018), Marcuschi (1996) and Costa (1996), that bring the concept of language, spoken language, written language and linguistic variation; in Bagno (1999, 2005, 2017), that brings the definition of linguistic prejudice and present the ways it manifests; in Bosi (1992) and Ribeiro (1997), that bring the explanation of Brazilian culture. As procedure, it was elaborated, in first place, the syntheses of ours theorical assumptions, and, following it, by the light of the assumptions, it was made a comment about the acting of a host of an independent channel on Youtube and about the acting of the journalists and specialists during a tv program that approached the theme of linguistic variations. As results, it was identify that the journalistic acting and specialized acting, observed in journalistic tv, still affirming that the Portuguese Language embrace only the Cult Form and, therefore, the linguistic variations are not valid, going against the linguistic studies, that earned a very Strong scientific space since the 60’s, highlighting the sociolinguistics studies. As results, it was identify that the speech of independent professionals, journalists and specialists still affirming that the Portuguese Language embrace only the cult form, and, therefore, the linguistic variations are not legit, going against the linguistic studies that earned a great scientific space since the 60’s, highlighting the sociolinguistics studies. As conclusion, we reaffirm the importance of foment the reflection about language, the linguistic variations and linguistic prejudice in Portuguese Language classes, as advocates the Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) repeating what the Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018) already did. And we suggest, as a way of reflection about language in classes, the critic observation about the acting of the influencers, such as youtubers, journalists and specialists, that may or may not collaborate to the fortification of linguistic prejudice.

**Key-words:** Linguistic education; Popular linguistic variation; Linguistic prejudice; Language.

## LISTA DE FIGURAS:

**FIGURA 1** – Imagem retirada do vídeo “Quando se trata de português falado, não existe certo e errado” (2018) em que o linguista Ataliba Teixeira de Castilho fala sobre oralidade.....18

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. LÍNGUA, NORMA CULTA PADRÃO E VARIAÇÃO POPULAR.....</b>	<b>12</b>
1.1 Língua.....	12
1.2 Norma Culta Padrão.....	14
1.3 Gramática Da Variação Popular.....	16
<b>2. PORTUGUÊS BRASILEIRO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO.....</b>	<b>21</b>
2.1 Português Brasileiro.....	21
2.2 Preconceito Linguístico.....	22
2.3 Escola, Variação Popular e Preconceito Linguístico.....	24
<b>3. PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA MÍDIA.....</b>	<b>27</b>
3.1 O caso Marcela Tavares.....	27
3.2 O caso Observatório da Imprensa.....	29
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa são as variações linguísticas e como elas são percebidas na sociedade brasileira. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de as pessoas perceberem o preconceito linguístico oriundo da negação das variações linguísticas e da falta de reconhecimento do papel cultural exercido pelas variações populares da língua. Justifica-se ainda pelo fato de as mídias ajudarem na perpetuação desse preconceito linguístico.

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi apresentar o papel das variações linguísticas na cultura nacional e comentar a interpretação sobre variações linguísticas populares feitas por influenciadores da Internet e da Televisão.

Para atender a esse objetivo, esta pesquisa buscou embasamento teórico em Castilho (2018), Marchuschi (1996) e Costa (1996), que trazem o conceito de língua, língua falada, língua escrita e variação linguística; em Bagno (1999, 2005, 2017), que traz a definição de preconceito linguístico e apresenta as formas como ele se manifesta, e em Bosi (1992) e Ribeiro (1997), que trazem a explicação da relação língua e cultura brasileira.

Como procedimento, elaborou-se, em primeiro lugar, a síntese dos nossos pressupostos teóricos e, em seguida, à luz deles, foi feito o comentário sobre a atuação de uma apresentadora de um canal independente no Youtube e sobre a atuação de jornalistas e especialistas em um programa jornalístico da TV Cultura, ao abordarem o tema variações linguísticas.

A título de organização desse procedimento teórico-metodológico, este trabalho se divide em três capítulos, além da Introdução e das Considerações finais. No primeiro capítulo, intitulado “Língua, Norma Culta Padrão e Variação Popular”, refletimos sobre a língua e suas variações, como a norma culta padrão e a variação popular.

No segundo capítulo, intitulado “Português Brasileiro e Preconceito Linguístico”, refletimos sobre a invalidação da língua nacional, sobre o preconceito linguístico e sobre a postura da escola, muitas vezes negligente, em relação ao preconceito linguístico.

No terceiro capítulo, intitulado “Preconceito Linguístico na Mídia”, comentamos a maneira como formadores de opinião na Internet e na TV agem em relação ao preconceito linguístico, perpetuando essa prática de exclusão. Traremos o caso da youtuber Marcela Tavares e o caso Observatório de Imprensa.

Em Considerações Finais articulamos as reflexões sobre língua e preconceito linguístico e os comentários sobre os casos observados com um possível ensino de língua inclusivo.

## **CAPÍTULO 1**

### **LÍNGUA, NORMA CULTA PADRÃO E VARIAÇÃO LINGUÍSTICA POPULAR**

“A língua só existe se houver seres humanos que a falem”, conforme afirma Bagno (1999, p. 9), e os seres humanos se desenvolvem politicamente e culturalmente com a língua, segundo Aristóteles (300 a.C). Pensando na relação homem e língua, neste capítulo introduzimos o conceito de língua e de variações linguísticas, como a Norma Culta Padrão e a Popular.

#### **1.1 Língua**

À língua foram atribuídos diferentes significados ao longo do tempo. Na Grécia Antiga, exemplifica Costa (1996), língua significava um sistema de padronização fechado e imutável, diretamente atrelado ao que a elite social considerava belo e aceitável. O papel do falante, continua Costa (1996), seria preservar a língua grega da "corrupção" e do "mau uso". Esse significado influenciou o fortalecimento da gramática normativa, pura, bela e correta, construída a partir da língua escrita dos autores clássicos da literatura, considerada referência para a arte de falar e escrever bem.

O principal problema que esse significado de valor estético carrega é o entendimento da gramática normativa como sinônimo absoluto de língua, que não evolui e vive do passado. Mas, a ciência, assim como constatou a evolução das civilizações humanas, também constatou a evolução da língua, que passa a ser vista como produto sócio-histórico.

Nesse sentido, aponta Costa (1996), temos a importância dos estudos linguísticos, como os de Saussure, no início do século XX, para quem a língua era, “ao mesmo tempo, um produto social da faculdade linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 2006 [1973], p. 17). Assim, a partir da perspectiva de Saussure, a língua ganha não somente o valor estético, mas também o social.

Assim, a língua não é mais vista como um objeto imaculado, não transgressível, pois se parecia de construir pelo uso. Saussure afirmava que, para compreender a língua era necessário um estudo não diacrônico – que considerava o contexto histórico – mas sim o sincrônico, uma vez que o local e o momento em que a língua se manifesta é indispensável para uma análise sobre ela. Com base nisso, Saussure defendia que a língua é um sistema adaptável à sociedade.

Entretanto, aponta Costa (1996), ainda havia um certo caráter tradicional, pois um só falante não era capaz de modificar esse “sistema de signos”. A língua se adaptava a toda sociedade, não dizia respeito às manifestações individuais, perpetuando, de certa forma, a ideia de língua homogênea. Saussure reconheceu a existência da fala, mas não se aprofundou no estudo dela, pois alegava que a subjetividade da fala era demasiadamente forte, não cabendo um estudo geral, como caberia à língua.

Com a Sociolinguística, mais adiante, a língua deixa de ser vista como um objeto homogêneo. Com base em estudos sociolinguísticos, Marcuschi (1996, p. 3) define língua como “um fato social, histórico, desenvolvida de acordo com as práticas sociais e, como tal, obedece a convenções de uso”.

Para Costa (1996), atualmente temos o inverso: a língua obedece às convenções de uso individual, portanto o falante agora a domina. A pirâmide agora se altera, se antes a língua ocupava o topo, agora ela se encontra submissa àquele que a exerce. O usuário, além de deter esse objeto de comunicação, é capaz de alterar como a língua se manifestava negando por completo o tradicionalismo grego. Então, se temos a ação de um indivíduo sobre esse sistema amplo, temos, na manifestação particular da língua, a presença de elementos subjetivos (valores, experiências, entre outros).

Com base na definição que Marcuschi faz da língua, entendemos que a língua é um conjunto de variações e tem de ser analisada em todas as suas manifestações considerando sempre o contexto social de realização dessas manifestações, pois os fatores externos à própria língua passam a contribuir para a conceitualização da língua.

A cada manifestação da língua que a torna heterogênea dá-se o nome de variação Linguística. A variação linguística, lembra Costa (1996) é um fenômeno natural que ocorre pela diversificação dos sistemas de uma língua em relação às

possibilidades de mudança de seus elementos (como pronúncia, léxico, arranjo dos enunciados).

A variação linguística existe porque a língua é dinâmica e sensível a vários fatores, como região geográfica, sexo, idade, classe social, escolaridade, momento histórico, que caracterizam o falante, e o contexto da comunicação em que se insere o falante.

Entretanto, apesar de os estudos linguísticos atuais provarem que a língua é heterogênea, ainda há o resquício do tradicionalismo grego reforçado pela tendência cultural brasileira de submissão. Segundo Ribeiro (1997), a cultura brasileira inicialmente se desenvolveu submissa e dominada pelo ocidente europeu, séculos depois ainda não encontrou – e nem parece desejar encontrar – uma maneira de romper essa cultura de dominação. Por consequência, Bagno (1996), declara que o uso da língua portuguesa do Brasil ainda é baseado em uma manifestação ultrapassada da língua portuguesa de Portugal, aquela que os gramáticos tradicionalistas chamam de “Norma Culta Padrão”.

## **1.2 Norma Culta Padrão**

Norma Culta Padrão já expressa a ideia de uma regra exterior à vontade individual, e, para compreendermos o culto à norma culta, precisamos primeiro entendê-la. Como explicita Rossi (2019), a Língua Portuguesa tem suas origens nas línguas neolatinas, também conhecidas por românicas. É claro, entretanto, que, como vimos acima, fatores sócio-históricos determinam a evolução da língua. Assim, o português que no Brasil chegou é o resultado de séculos de mudanças desde as línguas românicas

De acordo com a Profa. Dra. Rossi (2019), lutas territoriais resultaram na dominação do que é conhecido hoje como Portugal. O reino de Leão e Castela costumava dominar a região, quando em 1143 o Condado Portucalense conquista a independência, o falar da região passa a se distinguir do galego e castelhano. Transformando, adaptando e evoluindo, no século XIV encontramos textos escritos em um português arcaico, desenvolvendo assim uma língua própria que buscava dar uma identidade nacional ao reino europeu.



A ocorrência escrita que temos do português se encontra no ano de 1536, ano em que o padre Fernão de Oliveira publica a primeira gramática da língua, intitulada “Gramática da Lingoagem Portugueza”. O desejo por uma língua pura, estável e unificada dominou o pensamento da Europa da época, é claro que Portugal não escapou. No final do século XV, as grandes navegações portuguesas – pelo que é historicamente sabido – nos encontraram e gritaram terra à vista.

A colonização de exploração fez jus ao título, a configuração social era baseada em um exercício injusto de poder, dominação: não havia espaço para nada que não fosse da cultura europeia, nada que não fosse unificado, puro, homogêneo – mesmo que representassem uma minoria quantitativa em relação à população autóctone.

A cultura dos colonos foi, ainda assim, outorgada, pensemos na primeira literatura que consideramos válida no quesito cultura brasileira: a carta de Pero Vaz de Caminha – ainda que existissem diversas tribos com suas línguas individuais, próprias, a primeira reconhecida não poderia ser nada menos que a do explorador.

Uma sociedade construída em um sistema escravocrata não deixava de perpetuar as diferenças: a educação que chegava naqueles que ocupavam o topo da pirâmide era completamente divergente daquela que recebiam os responsáveis pela base, tal afirmação é sustentada pela definição de *escolas difíceis* de Kerroubi e Zanten (2002) – mencionado no texto de Dailla Oliveira (2006) – que compreendem essas como escolas que se desenvolvem em um contexto de pobreza, de precariedade material, cujos alunos apresentam significativo déficit cultural. É claro que a cultura dada pelos nobres estava envolta numa cultura um pouco distante da América do Sul, a língua que aprendiam estava muito mais ligada aos clássicos portugueses do que qualquer língua indígena que existisse aqui.

Se afirmamos que uma língua só existe se, em conjunto, existir um falante (BAGNO, 1999) é claro que a variante da maioria se impõe, mesmo que, nesse caso, não seja uma maioria quantitativa, mas sim social. Os detentores do poder, como sempre, são responsáveis por estabelecer as regras de funcionamento, com isso impõe-se o uso da Língua Portuguesa Padrão e proíbe-se o uso do falante de cada tribo.

A língua que ganha espaço para se popularizar é trazida da Europa, resultando na popularização de uma gramática do exterior. E até hoje, como Bagno

(2011) explicita, aprendemos uma língua que pouco exercemos, uma língua que não faz parte do nosso povo.

Com a imposição de uma língua “padrão”, a língua perde sua espontaneidade, e se constitui em um sistema de regras para que funcionasse baseada em uma realidade que não era nossa.

Com uma gramática forçadamente apelidada de tradicional, as produções literárias que passaram a ocorrer no Brasil são agora obrigadas a respeitar esse sistema. A escrita surge para a representação de uma língua estática e enclausurada por ordens de funcionamento.

Por ser completamente admirada pelos nobres, a língua culta é considerada como a padrão, mesmo que fosse ensinada para apenas uma pequena parcela da população, por um motivo simples: ia completamente de encontro com a cultura popular e encontrava uma maneira de evidenciar a cultura do colonizador.

Ensinados a recusar as origens e aclamar o diferente, a síndrome da admiração por uma língua estática e pura se instalou em cada pedaço do solo nacional, e até hoje escutamos – com até certo orgulho carregado na voz – o desprezo pelo título de brasileiro. Ora, prova disso é a indignação dos indivíduos quando questionados por estrangeiros se falam “brasileiro” e rapidamente assumem que não, falam “português”, como se existisse vergonha imensa em carregar consigo o nome do país.

Ao regradar algo que possuía inúmeras exceções, a espontaneidade que ocupava a língua precisa encontrar um novo lugar para sobreviver, já que, de acordo com o topo da pirâmide social, não era bem reconhecida ou válida. A cultura popular é quem acolhe a expressão autêntica, a variante da língua baseada nos tradicionalistas então surge: a fala nasce como uma alternativa a esse sistema de regras, criando o que conhecemos por “norma não padrão”, apelidada também de linguagem oral por se manifestar principalmente na fala.

### **1.3 Gramática da variação popular**

Se a variação linguística denominada acadêmica, culta, encontra espaço na escrita da língua, a variação popular é a que domina o espaço da fala. Também

conhecida como “norma não padrão”, mesmo que não seja reconhecida como uma norma.

Representando o completo oposto de uma língua estática, regrada de acordo com os clássicos, a variação popular diz respeito a manifestações individuais de grupos que constroem a sociedade. Não dando muita ênfase à forma, esse conceito valoriza, principalmente, a compreensão da mensagem a ser passada, sem que siga obrigatoria e necessariamente os livros de gramáticas tradicionais que moldam a língua, nesse caso culta.

Como anteriormente citado, a educação que chega juntamente com a colonização é injusta e classicista. A educação que recebiam os filhos de colonos era feita de acordo com a cultura europeia, não exigindo desse grupo um abandono da identidade cultural que possuíam já que a educação que recebiam ia ao encontro da que já possuíam, como observa Varela e Alvarez-Uria (1992).

Com uma educação invasiva, a desculpa de uma educação missionária – como se a cultura indígena precisasse de alguma forma ser salva pela europeia – obriga os nativos a abandonarem a cultura pessoal para receberem a dos dominadores. É claro que seria impossível perpetuar a língua – em tese pura – que os europeus desejavam impor não encontrou espaço na manifestação individual. Os falantes podiam até compreender o funcionamento estático e configuração gramatical da língua que os ocidentais idealizavam, mas para tornar a comunicação entre si possível, precisaram adaptar aquela.

Diferente da escrita, a fala não segue um raciocínio linear e estruturado, pelo contrário: é automático, pouco regrado e, principalmente, individual, como apresenta Castilho (2017). Se a escrita obedece a uma regra geral, a fala possibilita aos que a exercessem uma infinita possibilidade de expressão individual, pessoal.

Entretanto, a fala não é um sistema livre de regras, pois, se assim fosse, não seria compreendida entre os falantes. Como produto social, ela também é organizada.

Castilho (2017) exemplifica a existência das regras próprias, afirmando que a língua falada possui interrupções, hesitações e repetições que ocorrem regularmente. Aos poucos, Castilho desconstrói o mito da desorganização da fala e revela a capacidade que a fala tem de ser social e preservar a expressão individual.

Para esse autor a ideia de erro se desfaz porque não pode ser avaliada pelo funcionamento da escrita, mas por sua própria organização interna definida pelos

próprios falantes e pelo momento tempo em que manifesta. Um dos exemplos que o linguista usa para ilustrar essa ideia é a evolução da flexão verbal a partir do desaparecimento de alguns pronomes pessoais do caso reto na fala, como podemos observar a seguir:

PRONOMES	CONJUGAÇÃO
<b>EU</b>	<b>FALO</b>
<b>VOCEÊ</b> <del><b>TU</b></del>	<del><b>FALAS</b></del> <b>FALA</b>
<b>ELE</b>	<b>FALA</b>
<b>A GENTE</b> <del><b>NÓS</b></del>	<del><b>FALAMOS</b></del> <b>FALA</b>
<del><b>VÓS</b></del>	<del><b>FALAIS</b></del>
<b>EIS/ELES</b>	<del><b>FALAM</b></del> <b>FALA</b>

Figura 1 - Imagem retirada do vídeo “Quando se trata de português falado, não existe certo e errado” (2017)

Portanto, é possível perceber que existe uma estrutura definida, só não igual à denominada norma culta padrão, mas a fala ainda detém sua organização, possuindo, assim, regras de funcionamento.

A grande diferença é a forma como os dois conceitos são percebidos por um grupo social: enquanto a escrita geralmente é engessada, sustentada por uma cultura de séculos atrás que sequer se faz presente – e ainda invalida qualquer grupo que utilize o contrário da Norma Culta Padrão –, a fala reconhece a transformação que uma língua sofre no território nacional dependendo da época e do lugar que se manifesta, não invalidando assim cultura alguma, apenas reconhecendo a existência de várias.

A idealização de uma língua homogênea e invariável deixa de ser contemplada quando empregada a variante popular. Admite-se a gama de variações linguísticas que é capaz de existir em um único país dependendo da região em que a língua é usada.

Ribeiro (1995) constata que o Brasil é, na verdade, dividido em 5 Brasis – Brasil Crioulo, Brasil Caboclo, Brasil Sertanejo, Brasil Caipira e Brasil Sulista –, e, em cada um desses, determinada cultura popular prevalece devido a diferente forma de colonização que ocorreu em cada um deles, por isso mesmo quando estamos falando sobre variação popular não podemos reduzi-la a um conceito geral, fechado, válido para toda sociedade independente da região que se encontra – afinal a língua é um produto social que depende e varia de acordo com o meio, como já afirma Marcuschi (1993).

A cultura popular, segundo Bosi (1992, p. 322) contempla “manifestações grupais que obedecem a uma série de cânones, mas que não dispõem do poder econômico vinculante e nem de uma força ideológica expansiva como a universidade” São, portanto, expressões que não se tornam válidas devido ao pouco poder de influência sobre a classe dominante. São principalmente distantes da cultura da classe dominante, da cultura oficial, dizem respeito a grupos mais restritos da sociedade, as chamadas minorias sociais.

A variação linguística popular pode ser compreendida como a manifestação de diferentes grupos sociais que se distanciam, obrigatoriamente, da cultura dominadora e de tudo descrito por ela como padrão, ideal – se compreendermos o que Bosi (1992) explica sobre culturas construídas sob dominação e submissão. A metamorfose pela qual passa a língua denominada culta para virar a não culta representa a resistência da identidade de um grupo, uma vez que a língua é essencial para a construção desse papel. É uma mudança, alteração, não deve ser estigmatizada, menosprezada, diminuída; deve apenas ser reconhecida como uma diferença, uma palavra que não tem similaridade alguma com deficiência.

A língua não padrão, apelidada ainda de falada, continua a lutar por um espaço na sociedade. A aversão pela manifestação popular da língua se encontra mais presente do que nunca, apegados a uma cultura colonial excludente, a classe dominante inviabiliza diariamente a classe dominada. Não é à toa que o português que aprendemos na escola é, unicamente, o falado por uma parcela pequena da sociedade que dita as regras, recorrendo às manifestações feitas pela maioria como apenas um objeto de estudo para a compreensão de o que é “errado” e “como não se deve escrever”, como Carlos Bagno (2018) observa no programa “observatório da imprensa”; nunca como uma, das diversas que existem, forma de manifestação da

língua, sendo completamente válida e de igual valor social para a construção de uma identidade nacional.

## **CAPÍTULO 2**

### **PORTUGUÊS BRASILEIRO E PRECONCEITO LINGUÍSTICO**

Pensando no apagamento da cultura popular, como Bosi (1992) pôde apresentar, e na invalidação cultural de um grupo marginalizado, neste capítulo introduzimos o conceito de Português Brasileiro – língua adaptada ao longo dos séculos, sendo modificada de acordo com o meio e contexto sociais – e de preconceito linguístico.

#### **2.1 Português Brasileiro**

Quando consideramos a definição dada por Marcuschi (1996) sobre a língua e assim compreendemos que ela varia de acordo com falante, espaço e tempo, precisamos reconhecer que a língua falada há 10, 40, 100 anos, é completamente diferente da manifestada hoje. Se essa varia de acordo com o falante, é de se esperar que diversos grupos sociais e regionais tenham sua manifestação individual da língua e com isso modifique o próprio conceito da “Língua Portuguesa”.

Se na escrita nos esforçamos ao máximo para nos aproximar do português europeu, a fala é a manifestação linguística que segue o caminho completamente contrário, concentra em si uma marca de nacionalidade, sendo, portanto, muito mais brasileira do que portuguesa (SIMÕES, 2015).

O distanciamento do ocidente acontece porque é inevitável. Se a língua se adapta de acordo com contexto, espaço e tempo, é impossível que fiquemos presos no que fora definido pelos europeus de séculos atrás como o padrão, a comunicação precisa se fazer viável para toda a sociedade e, para que seja, é necessário o desprendimento de um sistema normativo regrado com base em gramáticas que metade da população sequer conseguirá ler.

Graças a tal afastamento, o Brasil desenvolveu uma grande identidade cultural linguística. Anos de evolução nos proporcionaram um afastamento da cultura europeia e um desenvolvimento da nossa. Esse grau de autonomia, independência, proporcionou a criação de diversos fatores que são responsáveis por compor o que

Bosi (1992) define como cultura. A língua é um dos objetos indispensáveis para a construção desse conceito.

Simões (2015)<sup>1</sup> esclarece que “o português brasileiro é uma soma de vários falares do português europeu em diferentes épocas. [...] A língua portuguesa no Brasil é uma mescla de vários falares de vários povos”.

Se a própria construção da língua-portuguesa é derivada de diversas outras línguas, exigir que a manifestação dessa seja feita unicamente com base nos falares europeus, é, no mínimo, uma incoerência. O distanciamento da variante europeia representa o rompimento com a cultura de dominação, se afasta dos ideais dos colonizadores e permite que os dominados tenham seu espaço individual para manifestação de uma cultura, desde sempre, negligenciada.

A variante do português brasileiro é tão impactante e historicamente importante porque representa o rompimento com a cultura de exploração, assume e passa a contribuir para a formação de uma identidade nacional brasileira, e não da repetição da cultura portuguesa que nos obrigou a recusar a nossa. Mas ao contrário do que todos pensam, não foi o português brasileiro que se afastou da norma definida por Portugal, mas sim, como explica Simões (2015), foi o próprio país europeu que rompeu a norma antiga e desenvolveu uma nova.

Se o país ibérico abandonou uma marca de linguagem com o propósito de encontrar uma que melhor o vestisse, e assim tornasse a comunicação entre a população efetiva, o Brasil fez o mesmo: a fala representa o estado dinâmico da língua escrita, se manifestando de inúmeras maneiras para tornar, também, a comunicação funcional.

## **2.2 Preconceito Linguístico**

A língua se encontra em constante mudança e com isso o que se compreende por ela também se altera. Entretanto, séculos de evolução e adaptação não abandonaram o apego pelo “gramaticalmente correto” e o desejo para que a fala

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), entrevistado pela Pesquisa Fapesp em abril de 2015.



se encaixe nesse bloco congelado, sem originalidade e regrado em uma cultura europeia escrita ainda acompanha o ideário nacional.

O glossário Ceale<sup>2</sup>, a definição de preconceito linguístico, apresentada pelo linguista Carlos Bagno, é:

uma atitude prévia que assumimos diante do modo de se expressar de uma pessoa (ou de um grupo social), antes de interagirmos com ela ou de conhecê-la; uma atitude que, embora individual, reflete as ideias que circulam na sociedade e na cultura em que vivemos. Assim como uma pessoa pode sofrer preconceito por ser mulher, pobre, negra, indígena, homossexual, nordestina, deficiente física, estrangeira etc., também pode receber avaliações negativas por causa da língua que fala ou do modo como fala sua língua”

Assim podemos reduzir a poucas palavras esse fenômeno como o julgamento prévio e errôneo de falas individuais, ato feito sem embasamento nenhum na maioria das vezes já que não leva em conta o contexto social econômico em que tais falas foram produzidas.

A causa para o acontecimento de tal pré-julgamento se encontra, de acordo com o glossário Ceale, “na comparação que as pessoas da classe média urbana das regiões mais desenvolvidas fazem entre seu modo de falar e o modo de falar dos indivíduos de outras classes sociais e das outras regiões. Esse preconceito se vale de dois rótulos: o “errado” e o “feio” que, mesmo sem nenhum fundamento real, já se solidificaram como estereótipos.”. Concluímos, portanto, que a causa do preconceito linguístico se explica pela ênfase na forma e o apagamento do conteúdo.

Essa fixação pela forma é alimentada pelo ensino estruturalista da língua – que como visto acima não valoriza a variação linguística popular –, reproduzindo assim a ideia de que é mais importante ser esteticamente bonito do que eficaz, funcional.

O papel do preconceito linguístico passa a ser o de apagamento de uma cultura. Ao implantar na sociedade a ideia de uma língua homogênea, que deve conduzir a fala e reduzi-la a algo estático, artificial, a espontaneidade que a oralidade carrega é ignorada, privando assim que a variação linguística popular, que nasce de contextos sociais diversos, tenha seu valor na cultura nacional.

---

<sup>2</sup> Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Se o preconceito linguístico força que a população torne a variante popular reclusa, tal ato resulta automaticamente na também reclusão da própria cultura popular. Se Bosi (1992) afirma que a cultura popular é uma manifestação que representa a sobrevivência de uma cultura dominada, sempre taxada como inferior, a atualidade encontrou uma maneira de negligenciar o popular a tal ponto que esse estado de sobrevivência é praticamente inexistente: almeja-se mais a extinção dos vocabulários populares e a popularização da elitista norma culta, do que a possibilidade de tornar o falante apto a se comunicar em todas as variantes da língua; a reconhecer a riqueza que essas representam.

### **2.3 Escola, variação popular e preconceito linguístico**

Se “[...] pelo termo cultura entendemos uma herança de valores e objetos [...] uma cultura popular, basicamente iletrada, que corresponde aos padrões materiais e simbólicos do homem rústico, sertanejo ou interiorano, e do homem pobre suburbano ainda não de todo assimilado pelas estruturas simbólicas da cidade moderna” (BOSI, 1992, p. 308), compreendemos que a cultura popular, e por tanto os falares que se formam a partir dela, corresponde a classe social mais baixa da sociedade.

Achando-se na parte marginalizada da sociedade, a variação linguística popular não encontra portas abertas em ambientes formais. Quando tratamos de ambientes formais, especificamente ambientes formais de educação, a situação comunicacional pede por uma linguagem que obedeça à configuração da norma culta padrão da língua para se manifestar.

Entretanto, reconhecendo o caráter mutável da língua e o fato de que não existe apenas uma língua portuguesa, homogênea, estática, faz com que seja parte do trabalho do professor a conscientização e ensino das variantes linguísticas que compõe o repertório nacional. De acordo com a Base Nacional Curricular Comum (2018, p. 486), uma das competências específicas de linguagens para o ensino médio se refere a:

necessidade de, ao final do Ensino Médio, os estudantes compreenderem as línguas e seu funcionamento não de maneira normativa, como um conjunto de regras e normas imutáveis, mas como fenômeno marcado pela

heterogeneidade e variedade de registros, dialetos, idioletos, estilizações e usos muito variados de outras línguas em âmbito global, respeitando o fenômeno da variação linguística, sem preconceitos.

O espaço reservado para o aprendizado da variação linguística em ambientes formais de educação não é apenas essencial, passa a ser obrigatório de acordo com o MEC. Não só o aprendizado sobre o que é mas a responsabilidade de validar tal manifestação, reconhecê-la como parte da cultura nacional e eliminar os preconceitos que a classificam como pejorativa, inferior.

O problema é que a prática é executada de maneira completamente diferente da teoria, a maioria dos estudos sobre variação linguística contempla os “erros” cometidos pelos falantes e como se deve corrigi-los. Pouco se fala sobre a importância para a identidade cultural, definições, diferentes tipos de manifestações e afins, não há um estudo profundo sobre o assunto.

Se cabe a tarefa de ensinar a língua portuguesa para o estudante, a primeira coisa a se ensinar é que não existe apenas uma. Se a língua é um produto social, é indispensável o reconhecimento do seu valor para o manifestante, o importante para a escola não é ensinar somente a língua que se fala na escola, mas as possíveis de se empregar em inúmeras situações comunicacionais.

Bagno (2005, p. 71) defende que “No ensino de língua praticado nas escolas, porém, as especificidades do português brasileiro são pouco ou mal reconhecidas e, no mais das vezes, quando mencionadas, se destinam a condenar os supostos “erros” cometidos pelos brasileiros ao falar/escrever”, o pouco que se aprende sobre a variação do português brasileiro, portanto, se reduz a encarar a manifestação como errada e como não se utiliza-la.

Ao encarar o repertório linguístico popular como um erro, o professor entra em conflito direto com a base curricular nacional comum: ao invés de extinguir do ensino qualquer forma possível de preconceito que venha a existir derivado da variação linguística, ajuda a perpetuar a ideia de que tal variante representa nada senão o emprego impróprio do que se compreende como língua portuguesa – de acordo com os tradicionalistas, que perpetuam uma ideia de língua como uma estrutura fixa, engessada.

Se os alunos não são ensinados a se tornarem bilíngues<sup>3</sup>, são ensinados a abandonarem a língua do seu dia a dia. Não só a abandonarem a língua cotidiana, mas a rejeitá-la, invalidá-la. Se a enxergam somente como um erro, desvio daquilo considerado padrão pela elite, automaticamente a compreendem como menor, a ignorando culturalmente e gerando assim o aumento do preconceito linguístico.

---

<sup>3</sup> Por bilíngue compreendemos aquele que transita entre a língua do português popular e a língua do português formal, se adaptando às situações comunicacionais.

## CAPÍTULO 3

### PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA MÍDIA

Discursos na mídia, muitas vezes, invalidam a cultura popular e constroem aqueles que dela usufruem. Neste capítulo, mostramos como uma parte de influenciadores ou formadores de opinião da Internet e da Televisão interpretam as variações linguísticas e se são preconceituosos em relação a elas.

#### 3.1 O caso Marcela Tavares

Nos últimos anos a premissa do discurso livre disfarçado de preconceito tem rodeado a internet e a transformado em uma “terra de ninguém”. Mesmo antes da existência da internet, como Bosi (1992) foi capaz de nos mostrar, a cultura popular nunca teve seu espaço merecido, o grande problema é que com a velocidade da tecnologia que hoje usufruímos a transmissão de informação se faz em uma velocidade absurda.

O avanço tecnológico trouxe à tona a popularização do que conhecemos por influenciadores digitais – aqueles responsáveis pela criação de conteúdos digitais, disponibilizados em sites como *youtube*, *instagram*, *twitter*.

Uma dessas influenciadoras digitais que “tomou conta das telinhas” foi a atriz Marcela Tavares.

Tavares é a proprietária de um canal no *youtube* chamado “Marcela Tavares” em que possui 898 mil inscritos – um número absurdamente grande. A influenciadora promove em seu canal um quadro chamado “Não SeJA Burro”, que consiste em uma série de vídeos em que Marcela traz à tela vocabulários, na visão da Norma Culta Padrão, considerados errados, estabelecendo comentários – de maneira tanto quanto agressiva – acerca daqueles.

Com um alcance de aproximadamente 300 mil *viewers* por vídeo – contando com 230 mil *likes* – é um show de horrores público e constrangimento de minorias de maneira agressiva, reduzindo-as a ignorantes – simplesmente por não dominarem o português elitista –, mesmo que Tavares não possua formação linguística alguma. O

fato da comediante não possuir formação linguística aqui se faz importante porque reflete exatamente o motivo do preconceito ser tão presente não apenas no discurso da influenciadora, mas também da população no geral, a maioria da sociedade não consegue enxergar a importância da variante linguística e, ao invés de tentarem entendê-la, optam pelo caminho mais fácil que é julgá-la.

Os vídeos se resumem a exposições de desvios gramaticais da norma culta e a condenação caso utilizem esse vocabulário. De maneira agressiva, Marcela apedreja manifestações linguísticas sem querer considerar o contexto em que foram produzidas, é claro que assumir que pessoas que se comunicam empregando diversas variantes linguísticas são burras já é, por si só, um grande absurdo, mas o principal problema se concentra no fato de que a única visibilidade que a variação linguística ganha é por meio da humilhação de tal manifestação.

A popularização de vídeos como os citados acima – que concentram dezenas de milhares de *viewers* – é a prova de que uma parcela da mídia incita atos de preconceito linguístico, permitindo com que o espaço reservado para o entendimento e manifestação da variante popular seja cada vez menor, cedendo à ela um único espaço: ridicularização. Por exemplo, no vídeo “*Parteleira* ou *Prateleira?* | Marcela Tavares”, a comediante logo no começo explica a conjugação correta do verbo “ver” no presente do subjuntivo. Marcela traz à tela um desvio gramatical comum e corriqueiro: o uso do “ver” quando na verdade deveria ser “vir”, Tavares finaliza a explicação com a frase “[sic] tá vendo? Nunca mais vai errar, e se errar é falta de vergonha na cara”. O grande problema da frase proferida é atrelar automaticamente um desvio gramatical da norma padrão a preguiça, “falta de vergonha na cara”, quando na verdade se resume apenas a uma variação cotidiana da língua quando manifestada oralmente, que não interfere no efeito de sentido que a sentença procura transmitir.

O perigo com a popularização de opiniões preconceituosas e a naturalização de comentários como o citado acima, é a banalização do preconceito linguístico, impossibilitando o combate à esse e aumentando o ataque a uma forma de manifestação válida e presente no dia-a-dia de centenas de Brasileiros.

Isso representa não só a tentativa da inviabilização do direito de livre manifestação, mas também uma negação de um grupo social que compõe a cultura nacional, ou seja: os veículos midiáticos passam a funcionar não como uma

ferramenta de poder para a exaltação da cultura nacional, mas como um ataque direto à essa.

O grande problema gerado pela repercussão da comediantes é o ato de menosprezo em relação ao preconceito linguístico, transformando essas expressões em piadas, Tavares tira a seriedade da problemática, ignora a cultura popular marginalizando-a ainda mais e constrange aqueles que dela usufruem, parece inaceitável que seja empregado a palavra “seje” no lugar de “seja” para a influenciadora, mesmo que a transmissão de informação seja exatamente a mesma independente da vogal com que termine, indo totalmente contra o que propõe a BNCC (2018) que compreende a língua como um sistema heterogêneo. O irônico é o fato de uma influenciadora, sem formação especializada em língua, ter um discurso que se populariza mais do que aqueles que possuem uma e lutam tanto para que a variação linguística ganhe seu espaço merecido.

Concluimos que a repercussão gerada pela série de vídeos que mais procura constranger ao invés de ensinar é uma herança retrógrada baseada no ideário clássico que cita Costa (1996), ajudando assim a perpetuar o preconceito linguístico ao menosprezá-lo encarando-o como uma “opinião pessoal” e não um problema real de urgência extrema.

### **3.2 O caso Observatório da Imprensa**

A livre manifestação do preconceito linguístico, infelizmente, não está reduzida apenas a conversas cotidianas ou redes sociais, a invalidação da variante popular está mais presente em nosso cotidiano do que podemos imaginar. Para sustentação dessa afirmação trago o exemplo do programa de tv “Observatório da Imprensa”, apresentado pelo jornalista e professor universitário Alberto Dines.

Dines, além de professor e jornalista, é também escritor – essa informação é importante para que tenhamos noção da incoerência existente na reprodução de um preconceito, tão sério, feito por alguém com tanta bagagem de informação quanto o mesmo.

A edição do programa do dia 24/05/11 se concentrou em discutir conceitos como a língua escrita e falada após um episódio repercutido negativamente na

mídia: a professora Heloísa Ramos publicou o livro “Por Uma Vida Melhor”, em que buscou trazer um pouco sobre a noção do que é considerado “certo” e “errado” quando falamos sobre língua falada – a polêmica foi gerada devido a uma defesa feita pela autora do livro em relação a possibilidade de usar “os livro” ao invés de “os livros” dependendo da situação em que o falante se encontra.

Dines contou com a presença de alguns participantes em seu programa para discussão da obra: Prof. Dr. Deonísio da Silva, gramático e escritor; Prof. Me. Sérgio Nogueira Duarte; Prof. Dr. Marcos Bagno; além de participantes remotos que, por meio de um link, conseguiam enviar perguntas e apontamentos durante o programa.

A fim de discutir a polêmica trazida à tona com o livro de Heloísa, os convidados discutiram muito sobre língua e variação linguística. Com três participantes que possuíam um conhecimento vasto sobre a língua, uma vez que estudaram sobre isso, era de se esperar uma compreensão sobre o que a escritora afirmou em seu livro – que o vocabulário empregado depende da situação em que nos encontramos –, porém ao longo de todo o programa tivemos um verdadeiro show de horrores, Deonísio e Sérgio Nogueira encontraram todas as palavras possíveis para classificar a variação linguística popular como inútil – inclusive, Deonísio afirma que toda essa discussão é uma perda de tempo, e sequer deveria estar no currículo dos estudantes, o mais vergonhoso é um professor ignorar o que a própria BNCC exige como competência dos alunos. Dois gramáticos que deveriam valorizar e explicitar a riqueza da variação linguística popular, conscientizando a sociedade sobre situações comunicacionais e a subjetividade de conceitos como “certo” e “errado”, encontram na verdade uma maneira de depreciar, ainda mais, a cultura popular e marginalizar aqueles que dela usufruem – esses que já pouco possuem um espaço real na sociedade.

Além dos gramáticos, o apresentador jornalista Dines também recusa a espontaneidade da fala e enxerga a variação popular como um empobrecimento da língua – se apegando ao português falado pelos portugueses para provar seu ponto. Aqui temos o mesmo caso de Marcela Tavares: pessoas que não possuem formação linguística específica alguma se arriscam a falar de língua como se fossem especialistas.

Carlos Bagno, autor do livro *Preconceito Linguístico* (1999), também foi convidado, entretanto infelizmente pouco ouvido. O linguista tentou, ao longo de todo o programa, explicar o óbvio já escrito por Heloísa: cada situação



comunicacional diferente exige determinado tipo de vocábulo; o conceito de certo e errado é completamente subjetivo e coloca em jogo a validação da cultura popular, a classificando – quase majoritariamente – como errada, a impedindo assim de ocupar seu lugar merecido e ter um reconhecimento digno. Infelizmente o programa serviu para provar que a única maneira que a sociedade parece encontrar de trazer à discussão a variação linguística popular é pela tentativa de desmerecê-la, torna-la indigna e vergonhosa, mesmo que especialistas linguísticos como Bagno, documentos essenciais como a BNCC e PNC falem tanto sobre a riqueza, importância e reconhecimento da variante popular.

Esses dois exemplos apresentados se aproximam pouco pela diferença e tremendamente pela semelhança: no caso de Marcela Tavares tivemos, deliberadamente, a manifestação do preconceito linguístico e a invalidação da língua popular que mesmo não sendo especialista ganhou grande repercussão devido ao meio que escolheu para a publicação de seus vídeos; no caso Observatório da Imprensa, podemos presenciar o absurdo da negação da espontaneidade da fala e, novamente, invalidação da língua popular feita, entretanto, por especialistas – o que é de uma lástima imensa já que deveriam ser os primeiros a reconhecerem a fluidez da fala.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi apresentar o papel das variações linguísticas na cultura nacional e comentar a interpretação sobre variações linguísticas populares feitas por influenciadores da Internet e da Televisão.

A partir da tentativa da definição dos conceitos de língua, compreendida como um fato social situacional e individual; variação linguística, fenômeno natural oriundo da heterogeneidade da língua; português brasileiro, compreendido como uma nova língua derivada de séculos de modificação dos escritos e falares portugueses-europeus; e preconceito linguístico, que consiste na manifestação de uma opinião baseada em saberes tradicionais que não levam em conta o contexto social de produção da língua.

Ao refletir e estudar os conceitos chaves apresentados, tivemos a chance de exercitar um olhar crítico em relação a opinião de influenciadores digitais e televisivos em relação ao que a sociedade, de maneira leviana e sem profundidade científica, compreende por variação linguística popular. Podemos evidenciar que, a partir de opiniões – de especialistas e ignorantes sobre o que é a língua – preconceituosas de influenciadores, o senso comum ainda toma o popular como submisso, errado e, principalmente, passível de constrangimento.

Há uma espécie de mito do subdesenvolvido em cima da cultura popular, como se obrigatoriamente fosse indigna de algum reconhecimento ou inválida e não merecesse espaço de manifestação, o problema em tudo isso é que diversos grupos sociais têm suas identidades culturais apagadas diariamente, por uma opinião infundada de uma elite social – que raramente possui formação linguística – que continua a acreditar que a classe popular não merece seu devido espaço na sociedade.

Pude perceber ao realizar pesquisas que grande parte das pessoas que tiveram acesso a uma escolaridade de qualidade reconhecem a cultura popular com menos mérito do que a acadêmica. Compreendo que isso se dá pelo fato da ínfima reflexão sobre manifestações populares como algo além do que simples desvios gramaticais, não há espaço para essas expressões como parte do nosso cotidiano – mesmo que de maneira paradoxal componha grande parte do léxico brasileiro uma vez que situações comunicacionais corriqueiras exigem diferentes vocábulos.

O apego pelo clássico e a cega idolatria por uma língua que carrega o mito de ser pura é um dos aspectos que atrapalham a possibilidade de uma identidade cultural legítima: as elites sociais propagam e reforçam uma língua acessível a apenas uma pequena parte da população – que curiosamente detém grande influência na compreensão de conceitos como um português “correto”, “belo” –, fazem com que grupos culturais recusem sua própria cultura e invalidem a si mesmos, tendo admiração exatamente pela cultura que o menospreza.

Exatamente pela existência desse pensamento classicista o presente trabalho se faz tão urgente, o apego por uma cultura que sequer nos pertence, uma cultura que procurou muito mais apagar o nativo e torna-lo ruim, só explicita que não aprendemos a aceitar que a cultura construída como forma de protesto, resistência, tenha seu lugar próprio na sociedade; exista de forma válida; se manifeste.

Portanto, é impossível prever uma solução próxima para um pensamento que está estruturado na sociedade a muitos séculos, é leviano supor que o simples trabalho da variação linguística em um dos anos do ensino médio será milagroso e convencerá toda a população a validar a variação linguística. Acredito, na realidade, que o trabalho seja muito mais extenso e complicado do que isso, exige uma mudança na estrutura da sociedade e na imagem que sempre atribuíram ao popular – a mais insignificante possível.

Um início para essa jornada imensurável que é a busca da validação do popular é a percepção por uma outra perspectiva sobre o que é a variação linguística popular, tentando apresentar essa aos alunos não como desvios gramaticais cometidos pela sociedade, mas sim como manifestações situacionais dignas e válidas; provocar discussões a partir de análises de opiniões midiáticas em relação ao assunto – como por exemplo utilizar como objeto de estudo a discussão feita por Alberto Dines. É preciso uma transformação em relação ao que, hoje, se compreende academicamente pela variante popular e na forma como essa é ensinada.

As análises aqui feitas encontram justificativa exatamente no fato da tentativa de desmistificar a cultura popular e retirar o peso negativo que fora dado a ela, de convencer que a cultura nacional não existe no singular, é uma junção de diversas culturas que individualmente a compõem – com seus determinados valores –, incluindo, como analisado por Bosi (1992), a cultura popular.

A contribuição social dessa pesquisa foi a urgência de perceber o preconceito linguístico como algo sério e real, de extrema nocividade para a construção da identidade nacional; também, a tentativa da desconstrução do mito de que para falar bem é preciso “falar difícil”, se aproximando o máximo possível de um português completamente idealizado com base nos padrões europeus, é urgente. Não cabe mais à atualidade o desmerecimento de uma língua, mas sim a valorização e aquisição de quantas formas capazes de ter. Precisamos reconhecer que o verdadeiro falante da língua-portuguesa, aquele capaz de dominá-la por completo, é o falante que transita pelas diversas variações que a língua possui, tornando a comunicação de toda a sociedade possível e não apenas aos que dominam um padrão elitista da língua.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2020.
- BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Parábola Editorial, 1999.
- BAGNO, M. *Educação linguística*. Rev. Brasileira de Linguística Aplicada, v. 5, n. 1, 2005.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, DF: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>> Acesso em: 16 de nov. 2020
- COISASNATV - TV Brasil - A língua falada e a língua escrita. Youtube. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=g\\_YB5fr-RZg&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=g_YB5fr-RZg&t=1s)>. Acesso em: 02 de dez. 2020
- COSTA, V. L. *A Importância do Conhecimento da Variação Linguística*. Rev. Educar em Revista, v. 12, n. 12, 1996.
- FAPESP, Pesquisa - As marcas do português brasileiro. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0sDuGRKwguY&t=314s>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.
- LOPES-ROSSI, M. A. *História da Língua Portuguesa*. Material de circulação interna: UnitaU, 2019
- OLIVEIRA, D. A. *Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes*. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 44. p. 209-227. dez. 2006
- TAVARES, M. – Não Seja Burro. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/playlist?list=PLrI3a0RyUevnyTLhyOGIwRW0wXjR5IPRz>>. Acesso em: 02 de dez. 2020.
- TAVARES, M. – Parteleira ou Prateleira? - Marcela Tavares. Youtube. Disponível em: <<https://youtu.be/lluXyWy-hfY>>. Acesso em: 02 de dez. 2020.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 2015.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1973].

TEIXEIRA, A. C. Quando se trata de português falado, não existe certo e errado. Youtube. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=NxQmBBgPrp8&t=404s>>. Acesso em: 16 de nov. 2020. 22:06:37

VARELA, J; ALVAREZ-URIA, F. *A maquinaria escolar*. Teoria & Educação. Porto Alegre, n.6, 1992. p.68-96.